

CAMINHOS PARA A SOBREVIVÊNCIA DOS POBRES: ALTERNATIVAS ECONÔMICAS LOCAIS NA AMAZÔNIA E NO NORDESTE DO BRASIL



Clóvis Cavalcanti *
Superintendente do Instituto de Pesquisas
Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

1. INTRODUÇÃO

Modelos alternativos de inspiração local constituem uma fórmula para fazer face, em praticamente todos os países do Terceiro Mundo, à insuficiência de um desenvolvimento econômico que realmente não alcança volumes substanciais da população. É a renda que não cresce, é o emprego que não surge enquanto a população ativa não pára de crescer, é mesmo a ocorrência de processos que destroem mais postos de trabalho do que criam. Diante de situações dessa ordem, as comunidades marginalizadas concebem saídas, soluções para suas dificuldades, pois se não o fizessem, estariam condenadas ao desaparecimento.

Apesar da percepção que se tem de métodos criativos inventados pela população pobre para sobreviver — entre os quais a chamada economia informal ocupa posição cada vez mais saliente, como o atestam as pesquisas dirigidas pela OIT e diversos estudos no mundo inteiro, inclusive no Brasil —, é ainda esparso o conhecimento penetrante dessa realidade. Uma pesquisa ora em desenvolvimento no Norte e Nordeste do Brasil, englobando 15 experiências diversas, que vão de cooperativas do trabalho a associações comunitárias, de entidades sob gestão governamental a iniciativas patrocinadas por um único indivíduo, enseja a oportunidade de se conhecerem mais de perto alternativas de origem local, projetos de desenvolvimento de *grassroots*, expondo seu *rationale*, seus modelos de concepção, sua prática, seus êxitos e fracassos.

Debruçando-se sobre o material coligido em mais de um ano de levantamento sob a direção deste autor, o presente *paper* analisa as condições de sobrevivência dos integrantes de cinco dos diversos empreendimentos que estão sendo ora acompanhados (uma cooperativa do trabalho em Ponta de Pedras-Pará; uma cooperativa de comercialização em Pedro II-Piauí; uma associação de inspiração

* Economista, pesquisador social do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Recife, Brasil). O autor agradece o apoio para este trabalho que lhe proporcionaram a Fundação Joaquim Nabuco e a *Inter-American Foundation*. Agradece também os comentários de Bradford Smith a uma primeira versão do texto. O trabalho se insere numa linha de pesquisa da Fundação Nabuco que inclui investigações econômicas e antropológicas.

governamental para artesãos em Macapá-Amapá; uma fundação pública de promoção do artesanato em São Luís-Maranhão; uma associação comunitária em Teresina-Piauí). Compara diferentes estruturas dos modelos alternativos de solução para problemas de sobrevivência econômica. E retira lições de interferências externas, através de ajudas que as organizações estudadas recebem de entidades doadoras, governo, etc. A idéia é entender de que modo indivíduos são congregados e participam dos projetos que os unem, considerando-se aí a questão das possibilidades de auto-sustentação dos processos deflagrados. A primeira sessão do *paper*, a seguir, expõe os cinco casos observados. A segunda e última retira conclusões a partir dos resultados obtidos.

Não houve motivos especiais para a escolha dos cinco casos concretos de organizações sobre as quais este trabalho se desenvolve. Quis-se apenas oferecer uma visão de diferentes tipos de organizações, todas elas urbanas, localizadas em pontos diversos da Amazônia e do Nordeste do Brasil, com a intenção de se captarem influências distintas, padrões de comportamento desiguais, lições para o que se pode fazer, em matéria de cooperação, para o apoio a comunidades pobres. As entidades em exame (ver Mapa 1) localizam-se na Amazônia (Macapá, Território Federal do Amapá; Ponta de Pedras, Estado do Pará) e no Nordeste (São Luís, Estado do Maranhão; Teresina e Pedro II, Estado do Piauí). Uma idéia acerca dos locais onde se desenvolve a pesquisa, da qual este estudo é um resultado, pode ser formada com os dados demográficos do censo de 1980 no Brasil:

	População (1.000 hab.)
Amapá	174
Macapá	136
Pará	3.363
Ponta de Pedras	12,7
Maranhão	3.991
São Luís	447
Piauí	2.126
Teresina	376
Pedro II	38,6

2. ALTERNATIVAS ECONÔMICAS LOCAIS: CINCO CASOS CONCRETOS

Embora a procura de meios alternativos para a sobrevivência das pessoas de baixa condição social não seja um elemento novo na realidade de pobreza do Brasil, os casos aqui analisados representam uma tendência recente de se encaminharem saídas para a questão de emprego e renda dos pobres. Trata-se da constituição de entidades organizadas, que patrocinam o trabalho de artífices, artífices esses que, se não tivessem tal patrocínio, ou trabalhariam ao sabor das circunstâncias, de modo totalmente aleatório, ou exerceriam ocupações insuficientes como forma de prover sua subsistência. Em qualquer hipótese, as pessoas estariam



vendo sua sobrevivência ameaçada, tendo que apelar para estratégias de sobrevivência mais precárias, algumas até de tipo delituoso em face da lei.

Uma descrição sumária das entidades objeto de estudo aqui está contida no Quadro 1. São cinco organizações, de um total de 15, que ora são objeto de pesquisa sob a coordenação do autor deste trabalho.⁽¹⁾ As cinco organizações do Quadro 1 têm em comum o fato de reunirem, em geral, pessoas de modestíssima condição econômica, de terem sido apoiadas, desde sua constituição, em maior ou menor grau, por instituições governamentais e de haverem recebido, a partir de 1983, ajuda financeira da Inter-American Foundation (IAF).

QUADRO 1
NORTE E NORDESTE DO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS DE ORGANIZAÇÕES QUE CONGREGAM TRABALHADORES POBRES

Denominação/localização	Data de fundação	Tipo de entidade	Nº de membros	Finalidade
Associação Casa do Artesão do Amapá (ACART/AP) – Macapá, Norte do Brasil (Amazônia)	1981 (nov.)	Instituição controlada pelo governo do Amapá (Secretaria de Promoção Social)	592 a/	Apoio a artesãos; comercialização; cadastramento.
Cooperativa Artesanal de Redes de Pedro II (CARP) – Pedro II, Piauí, Nordeste do Brasil.	1979 (abr.)	Organização privada de mulheres que fazem redes, apoiada pelo governo do Piauí e pela Igreja.	143	Comercialização de produção artesanal; distribuição de matéria-prima.
Cooperativa Mista de Formação de Recursos Humanos e Turística “João XXIII” Ltda. (COOMIFRHUTU) – Ponta de Pedras, Norte do Brasil (Amazônia).	1979 (mai.)	Cooperativa do trabalho para a produção industrial de artigos de madeira e cerâmica, embarcações pequenas. Promovida pela Igreja.	53	Produção industrial de móveis, esquadrias, tijolos, telhas, barcos, artesanato de barro.
Fundação Casa do Artesão (FUNCARTE) – São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil.	1980 (jun.)	Instituição controlada pelo governo do Maranhão (Secretaria de Indústria e Comércio)	b/	Comercialização de produção artesanal.
Associação dos Oleiros Autônomos de Teresina (ASSOATER) – Teresina, Piauí, Nordeste do Brasil.	1977 (nov.)	Associação comunitária criada com apoio do governo do Piauí e da Prefeitura de Teresina.	86	Proporcionar acesso a jazidas de argila c/. Apoio à produção.

Fonte: Pesquisa direta.

Notas: a/ Não são sócios, mas indivíduos cadastrados pela ACART/AP.

b/ A FUNCARTE não tem membros. Possui um cadastro de cerca de 70 artesãos, mas atende a um número maior de profissionais.

c/ Através do arrendamento de uma área de 53 ha por um período de 15 anos.

Qual a motivação unificadora que está por trás do projeto de criação da Associação Casa do Artesão do Amapá (ACART/AP), da Cooperativa Artesanal de Redes de Pedro II (CARP), da Cooperativa Mista de Formação de Recursos Humanos e Turística “João XXIII” Ltda. (COOMIFRHUTU), da Fundação Casa

do Artesão (FUNCARTE), da Associação dos Oleiros Autônomos de Teresina (ASSOAUTER)? Essas organizações surgiram entre 1977 e 1981, num período em que, mostrada a incapacidade do desenvolvimento brasileiro recente de criar emprego moderno no setor formal da economia, tornou-se imperioso fazer alguma coisa para neutralizar as frustrações de pessoas desempregadas ou subempregadas. É coincidentemente nesse período que aparecem os primeiros estudos sobre o mercado informal de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras, seguindo uma tendência de pesquisa inspirada pela OIT no mundo inteiro.⁽²⁾ É nesse período também que se tornam agudas as condições da pobreza urbana e que se comprova o insucesso de programas governamentais destinados a remediá-la. Na mesma época, crescem as manifestações de insatisfação de comunidades periféricas, todas elas cobrando providências e interessadas em sua promoção.

No caso da ASSOAUTER, a mais antiga das organizações listadas no Quadro 1, a motivação do seu aparecimento tem dupla origem. De um lado, havia a comunidade de pequenas olarias autônomas, de beira de rio, em Teresina, cujos proprietários sobreviviam com muitas dificuldades, enfrentando problemas semelhantes — um dos quais era o acesso à jazida de argila — e sem condições para superá-los. De outro lado, um movimento ligado à Igreja fez com que os oleiros fossem aos poucos se reunindo até que, com estímulo do governo do Estado do Piauí, pôde-se criar ambiente favorável à formação da ASSOAUTER. Já no caso da Cooperativa Artesanal de Redes de Pedro II, também do Piauí, foi uma iniciativa da paróquia da cidade, então dirigida pelo atual presidente da Misereor, Padre Norbert Herkenrath, quem criou o embrião da entidade, promovendo encontros de mulheres rendeiras e assentando bases em que elas pudessem se aglutinar. Para facilitar as coisas, há a tradição local do trabalho doméstico feminino de confecção de redes, ao qual se dedicam cerca de três mil pessoas, todas muito pobres. Esse trabalho, executado sem muita continuidade, teve sempre pela frente problemas de comercialização, que, com a Cooperativa concebida pela Igreja, resolveu-se combater. Convém sublinhar que nem nos primórdios, nem mesmo na fase atual da CARP, houve marcante entusiasmo de se fazer uma obra cooperativista, por parte das mulheres atraídas para a empreitada. Elas entraram no negócio com limitada percepção das vantagens que poderiam ter. Já a mesma coisa não se deu na constituição da COOMIFRHUTU. Esta última resultou de um trabalho prévio da então prelazia católica de Ponta de Pedras, Estado do Pará, que havia montado, desde inícios dos anos 70, uma verdadeira fábrica de produtos de madeira e de cerâmica, e cuja propriedade transferiu aos trabalhadores, ficando para si a responsabilidade empresarial que antes era atribuição da prelazia. Vale dizer que os trabalhadores não assumiram a condição de cooperados com entusiasmo, uma vez que, agora, como proprietários e trabalhadores autônomos, renunciavam a direitos conferidos a empregados como férias, décimo-terceiro salário, previdência social, etc.

A origem da Fundação Casa do Artesão é distinta do que já se viu até agora, no sentido de que se trata de empreendimento totalmente detonado e comandado pelo setor público (governo do Estado do Maranhão). Não foi necessidade manifesta ou pressão da comunidade que fez surgir a FUNCARTE. Ela apareceu através de ações diretas do governo, partindo da verificação dos problemas

de emprego e visando remediá-los em parte por meio da promoção do artesanato local através do escoamento, da comercialização da produção. A FUNCARTE é, pois, uma instituição governamental, subordinada à Secretaria de Indústria e Comércio e com diretores e técnicos contratados pelo governo estadual. Situação análoga é a da Associação Casa do Artesão do Amapá, cuja denominação de associação é equívoca. Ela — que é, de fato, um departamento da Secretaria de Promoção Social do Amapá — veio à luz para estimular o artesanato desse Território Federal, uma unidade federada brasileira, bem à margem do que acontece no resto do país, inclusive sem ligações rodoviárias convencionais com o espaço geográfico brasileiro. No caso da ACART/AP, porém, o desafio confrontado é maior do que no caso da FUNCARTE, devido a que no Amapá o artesanato não tem a riqueza, a variedade e o grande número de pessoas que dele se ocupam no Maranhão, além de estar fisicamente mais distante dos mercados.

Olhando, assim, o retrospecto da formação das organizações indicadas no Quadro 1, conclui-se que não são iniciativas nascidas da comunidade. Todas elas são projetos que foram empurrados pela Igreja ou pelos governos locais, ou por ambos. Apenas a ASSOUATER surgiu através de uma atividade em que as pessoas envolvidas — oleiros autônomos, microempresários — tiveram participação mais intensa. Nos demais exemplos, a participação da comunidade ou foi passiva — casos da CARP e da COOMIFRHUTU —, ou simplesmente não existiu, como se pôde ver na formação da FUNCARTE e da ACART/AP. O resultado disso é um comprometimento débil das pessoas com as organizações, como se verá na seção seguinte. Esta conclusão, incidentalmente, não vale apenas para as organizações nomeadas no Quadro 1, as quais aparecem na tabela por mero acaso. De fato, não se fez uma escolha intencional de pequenas organizações para estudo, tomando-se este ou aquele atributo para identificação. O traço comum das experiências a que o Quadro 1 se refere é a pobreza das pessoas envolvidas, o esforço que se fez de fora para que elas surgissem e o apoio que lhes é dado atualmente pela Inter-American Foundation. A coincidência de todas haverem surgido em período recente (1977 - 1981) e de congregarem pessoas que não participam ativamente dos empreendimentos vale, igualmente, com ligeiras mudanças, para as demais organizações de natureza análoga que são objeto da pesquisa sob minha direção (3). Daí a presença de agentes externos à comunidade — governos locais e Igreja —, funcionando como catalizadores das organizações.

Pode-se dizer, então, que uma conclusão importante, retirada da presente pesquisa, acerca do esforço de sobrevivência dos pobres mediante empreendimentos alternativos locais, é a constatação de que, se não fosse a presença dos agentes externos, ou não se teria organização alguma ou a organização que surgisse teria aspectos muito diversos dos que são efetivamente observados. As duas organizações que figuram no Quadro 1 pertencentes ao governo, evidentemente, devem sua existência exclusivamente ao poder público. Dele é que procedem seus recursos, com geração muito baixa de recursos próprios. As outras três organizações, além de ajudas governamentais, nem sempre em forma de dinheiro, têm recebido também apoio de instituições diversas. A CARP até hoje foi basicamente assistida pelo governo do Piauí e pelo governo federal, num total de 35 mil dólares entre 1979 e 1985. A COOMIFRHUTU — que, como já se notou, é uma fá-

brica pertencente a uma comunidade muito carente – tem precisado de fortes ajudas externas para atravessar seu dia-a-dia. Tais ajudas têm sido do governo, num total de 10 mil dólares no período 1979 - 1985, da Igreja (que doou cerca de 15 mil metros quadrados de área construída e equipamentos diversos, num total não inferior a 150 mil dólares) e da Stiftung “Wir bauen miteinander” (Fundação “Construamos Juntos”), suíça, a qual, entre 1978 e 1985, propiciou não menos de 65 mil dólares de assistência. No caso da ASSOAUTER, o apoio financeiro recebido procedeu tanto do governo estadual quanto da Prefeitura de Teresina, totalizando, em 1977 - 1985, pouco mais de 30 mil dólares.

Além do que já se relacionou, todas as organizações do Quadro 1 recebem apoio da Inter-American Foundation, apoio esse com as seguintes especificações:

- (1) ACART/AP – 54 mil dólares, no período 1984 - 1985, para compra de um caminhão, divulgação e apoio ao artesanato e treinamento de mão-de-obra;
- (2) CARP – 25,5 mil dólares, no período 1983 - 1985, para capital de giro, sobretudo, e para instalações e equipamentos;
- (3) COOMIFRHUTU – 13,4 mil dólares, no período 1983 - 1984, para capital fixo;
- (4) FUNCARTE – 20 mil dólares, no período 1983 - 1984, para um projeto de produção de móveis de vime;
- (5) ASSOAUTER – 29 mil dólares, no período 1984 - 1985, para instalações e equipamentos, principalmente, e para capital de giro e assistência técnica.

Em suma, tanto a assistência governamental quanto a de instituições diversas, como a IAF, destinam-se a viabilizar a continuidade dos projetos. A ACART/AP, por exemplo, jamais existiria sem o respaldo do governo do Amapá. A COOMIFRHUTU não apareceria, não fosse a doação feita pela Igreja e, mesmo com essa doação, que foi do investimento fixo da fábrica, ela não operaria sem outras ajudas que lhe propiciassem capital de giro. Como seria possível, com efeito, que um grupo de pessoas despossuídas assumisse o patrimônio de uma fábrica e logo a pusesse a funcionar sem recursos de terceiros – difíceis de levantar junto à rede bancária privada – para a movimentação dos negócios? A história das pequenas organizações aqui examinadas é muito homogênea quanto a essa perplexidade.

Valeria a pena indagar quão pequenas são tais organizações. É preciso salientar, de início, que o atributo “pequeno”, aqui, diz respeito, essencialmente, à dimensão sócio-econômica e à produção da população envolvida. A COOMIFRHUTU, por exemplo, com 53 associados e 15 mil metros quadrados de espaço, não deveria ser propriamente uma microunidade de produção. Todavia, veja-se seu setor de carpintaria naval. Lá trabalham 4 pessoas na confecção de pequenas embarcações. A Cooperativa dispõe de apenas 3 pessoas full time na parte de administração e escritório. E sua receita bruta média mensal em 1985 era da ordem de 4,4 mil dólares, ou seja, 83 dólares por unidade de mão-de-obra. Os negócios da CARP, por seu turno, são atualmente de cerca de 2 mil dólares por mês, enquan-

to a ACART/AP teve uma receita de vendas de 1,7 mil dólares em agosto de 1985. Em fevereiro de 1985, os rendimentos médios totais (inclusive outras rendas) de um oleiro de Teresina foram de 61 dólares, isto é, 1,4 salário mínimo oficial. Dessa forma, a natureza do problema com que lidam as cinco organizações aqui inspecionadas se refere inequivocamente à pequena produção. É assim, que todas estão voltadas para a promoção da renda dos grupos populacionais que representam.

Quem são então esses grupos representados? Uma idéia a respeito é proporcionada pelo Quadro 2, elaborado a partir de amostras dos grupos, retiradas com a finalidade de conhecer-se especificamente cada um dos universos humanos alcançados pelas ações das várias organizações(4). As amostras são pequenas, mas seus resultados podem ser aceitos com segurança — mostrando-se estatisticamente significativos —, devido à grande homogeneidade das populações pesquisadas, sobretudo em termos de renda, de condição de vida e de tipo de ocupação e de

QUADRO 2
NORTE E NORDESTE DO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE TRABALHADORES
INFORMAIS PESQUISADOS
— 1984 e 1985 (diversos momentos)

Variáveis	Artesãos, Amapá (abr.85)	Artesãos, Piauí (nov.84)	Operários, Pará (abr.84)	Artesãos, Maranhão (abr.84)	Oleiros, Piauí (fev.85)	Total
Número de pessoas entrevistadas	13	11	20	11	16	71
Das quais, chefes de família (%)	38,5	18,2	80,0	36,4	100	60,6
Número médio de pessoas dos domicílios abrangidos	7,7	7,7	6,8	7,2	6,4	7,1
Número de pessoas com rendimentos/número total de pessoas (%)	39,0	23,4	27,9	36,1	35,9	32,3
Renda média mensal (US\$ a/)						
Dos entrevistados	76	20	57	35	61	52
Dos domicílios abrangidos	142	75	108	112	152	120
Renda média/salário mínimo						
Dos entrevistados	2,3	0,5	1,8	1,0	1,4	1,5
Dos domicílios abrangidos	4,2	1,8	3,1	3,1	3,6	3,2
Renda per capita anual da população envolvida (entrevistados e membros dos domicílios), US\$	221	117	191	186	286	203

Fonte: Pesquisa direta.

Nota: a/ Para conversão, usou-se a taxa de câmbio oficial — que tem sido inferior à taxa de câmbio do mercado paralelo em cerca de 20 por cento — dos momentos a que se referem os levantamentos.

moradia. Através do Quadro 2 percebe-se claramente que os contingentes de indivíduos ali retratados são de ínfima condição econômica, com a renda per capita média das diversas organizações (203 dólares) constituindo pouco mais de um décimo (11 por cento) da cifra brasileira. Por outro lado, os ganhos médios dos entrevistados — três quintos dos quais são chefes de família — valem 1,5 salário mínimo, atestado eloqüente da situação de pobreza em que se encontram. Essa situação é aguçada pela comprovação de que as famílias dos pesquisados são numerosas, com mais de 7 pessoas vivendo em cada domicílio, em média. Nos domicílios, por sua parte, a renda doméstica chega apenas a 120 dólares por mês, proveniente de uma força de trabalho constituída de 32 por cento dos membros da família.

Relatar os resultados de uma pesquisa de campo como a que serve de base a esta comunicação pode dar a impressão de que uma situação sócio-econômica como a que o Quadro 2 epitomiza seja como uma coisa qualquer. Não é. A realidade humana, retratada sob a forma de médias estatísticas, não transparece devidamente da tabela, sendo necessário recorrer à experiência do pesquisador e à visão de casos individuais para compreender os dramas que os números não reproduzem. No próprio Quadro 2 é possível perceber que a renda média mensal dos domicílios pesquisados, 120 dólares, engloba uma situação, a das artesãs da CARP, em que as famílias só obtêm 75 dólares por mês, ou seja, 0,32 dólares por pessoa, por dia.

A compreensão do fenômeno de sobrevivência em meio à privação proporcionada pelos níveis de riqueza em exame é tema para estudos sócio-econômicos mais demorados e profundos. Sobretudo, quando se encontra, como é o caso das comunidades de pessoas vinculadas à CARP e à COOMIFRHUTU — as mais pobres das que aparecem no Quadro 2 —, uma aparência externa de indivíduos e habitações que derruba clichês de elites intelectuais educadas, que associam pobreza extrema à falta de higiene, esqualidez, faces descoradas, gente preguiçosa. No caso dos cooperados da CARP e da COOMIFRHUTU, a aparência geral é de dignidade, de altivez, sem mostras de fraqueza. As casas são pobres, mas organizadas. As pessoas não ostentam fisionomias melancólicas, sofredoras. Nas conversas, todavia, as pessoas entrevistadas deixam transparecer suas dificuldades, o enorme esforço que todos fazem para superar o dia-a-dia, a inflação, os ganhos miseráveis. Alguns depoimentos — cada um emitido por diferente entrevistado — o atestam:

- (1) “Enfrento a vida com muita dificuldade. Compro fiado na venda.”
- (2) “Como uma vez por dia. Faço toda economia possível. Não tenho como viver. Estou reformando a casa desde 80 e ainda não pude terminar... Faz 15 anos que não como carne.”
- (3) De 5 anos para cá tem muita mulher ficando fraca do juízo, devido à falta de condições de vida, os maridos desempregados. E o trabalho de rendeira não dá. O pior são os filhos pequenos, que não têm entendimento da situação. É triste! Levo uma vida cansada e cheia de dores.” (Mulher de família de 8 pessoas, cuja renda monetária domiciliar, em outubro de 1985, foi de 5,1 dólares).

- (4) “Só Deus sabe como eu passo.”
- (5) “Um dia como, outro não, e vou levando com muito aperto.”
- (6) “Dói ver um filho pedir um calçado, um brinquedo, uma roupa e a gente não poder dar. Dói de chorar.”
- (7) “Tenho vontade de chorar quando tenho que pedir.”
- (8) “O trabalho da gente parece um milagre: dá pra tudo [sapato, roupa, comida].” (Mulher de família de 12 pessoas, cuja renda domiciliar era de 3 salários mínimos, ou 124 dólares, na ocasião da pesquisa, outubro de 1985).

Uma coisa que permite que as pessoas pobres, cujos ganhos monetários são os que o Quadro 2 apresenta, sobrevivam é a posse da habitação em que moram e o recurso da pequena produção agrícola, extrativa e pesqueira para o autoconsumo. É comum famílias, amigos e vizinhos de baixa renda se unirem para, em mutirão, construírem casas toscas para determinada unidade familiar do grupo a que pertencem. Com isso, e mais o esforço tremendo que os pobres fazem para ter onde morar, para tanto economizando tudo o que podem, consegue-se uma alta proporção aí de posse do imóvel de residência. Na pesquisa, a fração média dos entrevistados que residem em casa própria é de 91,4 por cento. Convém esclarecer que são casas muitas vezes de favela. Todavia, apesar disso, em comunidades como Ponta de Pedras, Pedro II e mesmo Macapá, encontram-se domicílios de boa aparência, bem construídos — embora quase sem móveis. As pessoas, por outro lado, recorrem a pequenas roças, à extração de produtos como o açaí (5), no Pará e no Amapá, à pesca do camarão e de peixes pequenos, para proverem seu sustento básico. Tem sido difícil contabilizar a importância que isso representa no orçamento doméstico das famílias investigadas. Costumo indagar aos entrevistados como eles conseguem sobreviver com ganhos tão miseráveis como os que honestamente declaram. Respostas como “Deus dá” ou “A Natureza ajuda” são frequentes. Noto, porém, que há segredos por detrás de respostas tão curtas e enigmáticas, segredos que não se mostram facilmente ao pesquisador. Reside aí, possivelmente, uma das formas de alternativas econômicas locais mais genuínas para que a população pobre se sustente.

3. RESULTADOS DOS EXPERIMENTOS DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS LOCAIS

Uma conclusão geral transparece das soluções ou alternativas econômicas locais, que representam os cinco casos mostrados pelos Quadros 1 e 2. É o impacto modesto que essas organizações possuem na melhoria das condições de vida das pessoas que a elas estão ligadas, a despeito das ajudas externas que as organizações têm recebido desde seu início. Com efeito, apesar de existir há 8 anos, a ASSOATER, por exemplo, cujos associados da amostra pesquisada são todos chefes de família, corresponde a um grupo de trabalhadores com renda média mensal de 61 dólares, ou seja, 732 dólares por ano. No caso da CARP, que existe

há 6 anos, a renda média por cooperado — mulheres que em apenas 18,2 por cento das vezes são chefes de família — é de 20 dólares mensais; no caso da COOMIFRHUTU, com o mesmo tempo de vida, a renda chega apenas a 57 dólares (mas aí há uma proporção bem mais elevada — quatro quintos — de chefes de família).

É pouco provável que nos primeiros instantes das entidades estudadas — das quais se desconhecem os valores de renda por associado quando elas principiaram a existir —, as coisas fossem muito piores para os grupos de pessoas envolvidos. É até conveniente registrar que, no caso da COOMIFRHUTU, em maio de 1979, a Cooperativa pagava aos seus membros, em média, mensalmente, 86 dólares; em abril de 1984, o valor havia descido para 53 dólares, sendo atualmente (dados de setembro de 1985) de 44 dólares — uma queda de 49 por cento, em termos reais, com relação ao instante zero. Ou seja, a Cooperativa viu o empobrecimento efetivo de seus associados. E viu também seu número decrescer de 66 para 53 pessoas entre maio de 1979 e setembro de 1985, uma baixa de 20 por cento (que seria ainda maior comparada com o pico de 100 cooperados em maio de 1981). Noutras palavras, o impacto recente da COOMIFRHUTU, em termos de renda e emprego na comunidade de que faz parte, tem sido negativo, gerando evidentes frustrações. Para isso, no caso específico dessa organização, contribuem problemas de gestão(6). Não é fácil passar para um grupo de indivíduos de pouca ou nenhuma tradição industrial, numa comunidade de parco nível sócio-econômico e educacional, as responsabilidades de condução de uma fábrica — e ainda por cima, uma fábrica de múltiplos produtos. Foi o que aconteceu na COOMIFRHUTU através da iniciativa do bispo italiano da prelazia de Ponta de Pedras. A Cooperativa esteve a ponto de desaparecer no segundo semestre de 1984. Porém, esforços gerenciais dirigidos pela Fundação “Construimos Juntos” — não sem provocar mal-estar na comunidade da Cooperativa(7) — permitiram que ela enfrentasse os tempos difíceis de 1984, estando agora — depois de um regime de muita austeridade, à la FMI — em melhor estado de saúde econômica. A pergunta que se faz é sobre as possibilidades de, a longo prazo, o empreendimento caminhar com as próprias pernas.

A ASSOAUTER, por ser uma associação comunitária de microempresários, cada um trabalhando isoladamente em seu próprio negócio, não exhibe experiência tão eloqüente quanto a da COOMIFRHUTU. No entanto, o estudo nela em realização está mostrando, primeiro, uma situação crônica de baixa renda dos oleiros de Teresina; segundo, um caráter sazonal muito forte da atividade das olarias, que torna os oleiros muito vulneráveis do ponto de vista econômico; e, terceiro, um único benefício, ainda assim, de pequena dimensão, da ASSOAUTER — a facilidade de acesso que aos associados se oferece com respeito à jazida de argila arrendada pela Associação. A ajuda que a IAF lhe proporcionou tem permitido que os oleiros sejam financiados na compra de palha (para usar nos tijolos) e lenha, no aluguel de uma retroescavadeira para cavar o barro, e no aluguel de um trator de esteira para aplainar o terreno e remover entulho. Mas a realidade dessa organização é a de que um período de 28 anos, em média, de trabalho na fabricação de tijolos, não foi suficiente para os oleiros da ASSOAUTER — cuja média de idade é de 47 anos atualmente — garantirem para si e para as demais

pessoas que trabalham nas olarias uma renda compatível com as necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação, etc., durante os doze meses do ano.

Na CARP os problemas igualmente se avolumam: o número de rendeiiras beneficiadas pela Cooperativa oscila ao redor de 50 cooperadas, para um efetivo de 120 filiadas; as mulheres escolhidas para a direção da entidade geralmente não possuem tirocínio ou experiência de negócios, mal sabendo ler; mesmo que se peça que as artesãs produzam mais mercadorias, elas, donas-de-casa, na maioria esmagadora dos casos, trabalhando em teares rústicos, operados manualmente, não conseguem simplesmente ultrapassar certa quota de produção por semana. Não dispõem de energia física para produzirem mais, e o número de horas do dia é um dado fixo. Por sua vez, a qualidade dos bens produzidos é desigual. Na maioria das situações, trata-se de qualidade inferior, o que é compreensível, pois muitas dessas mulheres fazem tarefas pesadas, seja no lar, seja no campo, e o trabalho de tecelagem exige certa delicadeza. Por mais que se esforcem, não melhoram a apresentação de seu trabalho. O resultado é que seus ganhos médios terminam no patamar de 20 dólares mensais, como evidencia o Quadro 2. Mesmo assim, indagadas sobre a importância de sua atividade na CARP para a sobrevivência doméstica, as mulheres entrevistadas são unânimes em afirmar que, sem ela, não sabem como iriam sobreviver. Afinal, 20 dólares valem 27 por cento de 75 dólares, que é quanto auferem de renda um domicílio médio das cooperadas da CARP. Se esse ganho não fosse decisivo, já teria havido uma fuga, um abandono do ofício pelas mulheres, para outro negócio mais rentável. Trata-se, pois, de alternativa econômica imperiosa para a população que dele se ocupa. Essa alternativa pré-existia em relação à Cooperativa, tal como a atividade dos oleiros é anterior à constituição da ASSOAUTER. No caso da CARP, com a ajuda que a IAF lhe proporcionou — a partir de março de 1984 —, a Cooperativa conseguiu que a média de cooperadas que com ela mantêm negócios passasse de 24 nesse mês para 55 em setembro do mesmo ano, enquanto o pagamento médio por ela efetuado às cooperadas cresceu de 7,9 dólares no primeiro trimestre de 1984 para 14,7 em outubro do mesmo ano. Ou seja, houve um efeito positivo da ajuda concedida, sem a qual é possível que a Cooperativa estivesse agora agonizando.

Quanto à FUNCARTE e à ACART/AP, que atuam juntas a artesãos de todos os tipos, procurando fazer sair sua produção, a repercussão de suas atividades é muito tênue. Para começar, ambas as organizações não contam com participação ativa da população que pretendem assistir, nos seus conselhos de direção. Sequer têm uma sistemática de reuniões com tais pessoas. Assim, elas não oferecem um atrativo psicológico para os artesãos do Maranhão ou do Amapá. Por outro lado, o atrativo econômico que proporcionam não chega a nível substancial, todas as duas funcionando apenas como lojas de vendas de artesanato (embora a ACART/AP faça, além disso, esforçado trabalho de base junto a sua clientela). Nas lojas a produção dos artesãos constitui a mercadoria negociada. A esse respeito, a FUNCARTE — que dispõe do exagerado número de 77 pessoas no seu quadro de pessoal (e sofre substanciais interferências políticas) — conseguiu atuar regularmente junto de apenas 55 artesãos, entre janeiro e novembro de 1984, dos quais adquiriu peças para revender. Sua receita comercial, na média, não tem ultrapassado 2,5 mil dólares por mês, com reduzidos efeitos, portanto, sobre

uma clientela potencial de pelo menos 3 mil pessoas. A ACART/AP, que se diferencia da FUNCARTE por estar muito mais isenta de influências políticas e por contar com um staff bem mais realista (29 pessoas), comporta-se de modo parecido com a FUNCARTE em termos de negócios efetuados: ela atinge regularmente a menos de 50 artesãos. Todavia, o Amapá é subpovoado (214 mil pessoas, numa área de 140 mil quilômetros quadrados) e a ACART/AP, através de um grande esforço de cadastramento de artesãos, só conseguiu identificar 590 pessoas nessa condição, algumas delas vivendo em locais remotos e de difícil acesso, como na zona de fronteira com a Guiana Francesa. Mas o que se deve salientar na experiência dessas duas organizações oficiais é que elas não mobilizam a população para que foram endereçadas os artesãos, contribuindo minimamente para as alternativas econômicas por estes escolhidas para enfrentar os desafios da sobrevivência cotidiana.

Há ainda uma diferença e duas lições a aprender no caso da ACART/AP e da FUNCARTE. A ACART/AP foi responsável pela apresentação à Inter-American Foundation de seu projeto de pedido de ajuda, identificando objetivos — compra de caminhão, divulgação do artesanato, apoio aos artesãos, formação de mão-de-obra — realmente relevantes para o desempenho de suas atividades. Já a FUNCARTE ficou de fora na apresentação do seu pedido de ajuda à IAF. Foi o Ministério do Trabalho (da Velha República), em Brasília, que elaborou a solicitação, identificando uma atividade que a FUNCARTE não praticava, mas que servia à política de pagamento da dívida externa a todo custo, de produzir móveis de vime para exportação, como objeto de apoio buscado. Esta a diferença entre as duas organizações. As lições oferecidas são sugestivas: a ajuda da IAF à FUNCARTE foi um fracasso absoluto, mostrando os equívocos do planejamento autocrático, enquanto que a doação feita à ACART/AP está produzindo resultados que já podem ser sentidos — muito embora, saliente-se, não seja o Amapá a moldura geográfica adequada para se avaliarem projetos de ajuda externa com os parâmetros convencionais, os quais se revelam válidos, porém, para o caso do Maranhão.

Fica então uma série de perguntas no ar. Cooperativas, associações comunitárias, organizações do governo voltadas para determinadas atividades de baixa renda seriam ou não seriam formas vitoriosas de enfrentar a realidade difícil de sobrevivência dos pobres? E as ajudas proporcionadas, será que são insuficientes, mal concebidas ou não estão ajustadas à realidade concreta? As comunidades, por sua vez, estariam incapacitadas de absorver tais ajudas? Essas questões jazem no cerne da preocupação com o conhecimento de alternativas econômicas locais que sejam saudáveis, sólidas e genuínas. Do que se tem apreciado até agora, as respostas devem ser, primeiro, que como são concebidas, de fora para dentro ou de cima para baixo, iniciativas desenhadas com os melhores propósitos para promoção de categorias sócio-econômicas marginais (como a COOMIFRHUTU, v.g.), pouco efeito produzem nas comunidades — pelo menos nos seus primeiros tempos. E quanto mais próximas do governo e sujeitas a influências estranhas (veja-se a FUNCARTE vis-à-vis da ACART/AP), menos sucesso se pode esperar das organizações. A segunda coisa é que, geralmente, ajudas externas oferecidas com

muitas especificações apenas impedem que as organizações desapareçam, como se dá com a assistência helvética à COOMIFRHUTU. Por outro lado, projetos de ajuda elaborados sem a participação das organizações — como se deu com a doação da IAF à FUNCARTE —, provavelmente destinam-se ao mais visível fracasso. Uma terceira resposta diz respeito ao fato de que, realmente, há limites para a ajuda que uma organização comunitária pode receber. No caso da CARP, por exemplo, é impraticável aumentar a produção das cooperadas além de certo nível — e incluir mais mulheres na Cooperativa significaria romper a capacidade de gestão da gerência da entidade, restringida hoje a uma única pessoa, uma mulher de mais de 50 anos, inteligente e dinâmica, mas sem tradição administrativa de trabalho e com pouca formação profissional de qualquer outra índole. Finalmente, situações especiais, onde o governo é inevitavelmente chamado a atuar, e o faz de modo criterioso, podem produzir resultados superiores à média. Aqui se inclui o exemplo da ACART/AP, que opera numa região, o Amapá, onde é imperioso que o setor público aja com mais vigor, do contrário será insuportável o ônus de sobrevivência com que uma pessoa terá que arcar.

Em todos os casos, entretanto, com exceção, talvez, da ASSOAUTER, dada a natureza dos experimentos realizados, as comunidades revelam-se apenas debilmente comprometidas com aquilo que se faz em seu nome. Na FUNCARTE — a despeito do interesse, das boas intenções de seus dirigentes de fazer alguma coisa pela população —, esta é um elemento ausente e totalmente descomprometido com a organização. Na ACART/AP, com menor intensidade, a comunidade também não está presente. É certo que as cooperativas referidas neste trabalho — COOMIFRHUTU e CARP — mantêm laços contínuos com as respectivas comunidades. Todavia, estas últimas ou são alijadas de maior influência nos negócios da organização (caso da COOMIFRHUTU, onde há uma democracia relativa), ou pensam que não têm nada a fazer na organização, exceto atender às exigências do gerente (caso da CARP). Participação maior da comunidade registra-se apenas no caso da ASSOAUTER, que surgiu mais ou menos espontaneamente entre oleiros e que tem se guiado com maior autonomia com respeito a influências externas. Tal participação pode ser sentida na existência de movimento de oposição à diretoria, no interesse pelo emprego da ajuda da IAF e no fato de que agrada aos oleiros o resultado mais palpável do trabalho da Associação — acesso à jazida de argila. Seria então o caso de dizer, de modo um tanto óbvio, que as alternativas econômicas locais estudadas correspondem ao bom senso de que iniciativas comunitárias fazem mais sentido quando partem de baixo e quando respondem a um interesse mais imediato da comunidade. Isso não quer dizer que, em termos materiais, conquistas de importância sejam necessariamente conseguidas.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 A pesquisa, que se intitula "Monitoria e Avaliação Sócio-Econômica do Projeto Subvencionado pela Inter-American Foundation do Norte e Nordeste do Brasil", é financiada pela Inter-American Foundation (IAF), de Rosslyn, Virgínia, USA, e destina-se a acompanhar as 15 organizações, todas elas beneficiadas por doações da IAF, avaliando-se o impacto e o desfecho da assistência proporcionada. Participam da equipe da pesquisa dois economistas (Carlos Osório e Tarcísio Quinamo), uma socióloga (Virgínia Botelho) e uma psicóloga social (Helenilda Cavalcanti).
- 2 Cf. Clóvis Cavalcanti, *Viabilidade do Setor Informal: A Demanda de Pequenos Serviços no Grande Recife* (Recife, SUDENE - FUNDAJ, 1978). O estudo que levou a publicação desse livro foi efetuado em 1976-1977.
- 3 Dentre as organizações investigadas há uma cooperativa do trabalho em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, que é antiga fábrica, que faliu, e cujos operários assumiram, em 1982, o patrimônio da empresa como saldamento de dívidas trabalhistas que o empresário tinha com eles. Neste caso, há uma integração comunitária maior, com participação de todos — mas o governo do Estado teve atuação no estímulo à consolidação da cooperativa.
- 4 A essas amostras foram aplicados questionamentos de natureza sócio-econômica, através de entrevistas com pessoas ligadas às diversas organizações. O próprio autor deste relatório entrevistou sozinho os componentes das amostras da ACART/AP, da COOMIFRHUTU e da FUNCARTE. Na CARP teve a ajuda da pesquisadora Virgínia Ribeiro. As entrevistas da ASSOAUTER são da responsabilidade do economista Tarcísio Quinamo.
- 5 O açaí é um pequeno coco que nasce espontaneamente nas regiões baixas e alagadiças da Amazônia. Dele se faz um creme roxo escuro, muito apreciado, que se come geralmente com camarão, peixe ou farinha. Eu, pessoalmente, gosto muito de açaí com farinha.
- 6 A crise econômica brasileira certamente desempenha, também, um papel na evolução dos negócios da Cooperativa.
- 7 O gerente da organização, um voluntário suíço, membro da Cooperativa, emprega métodos de administração que têm produzido claros choques culturais no grupo de trabalhadores brasileiros.

